

DESAFIOS NO ENSINO DA EJA PARA A PERMANÊNCIA DOS ALUNOS

CHALLENGES IN EJA TEACHING FOR STUDENT RETAINING

DESAFÍOS EN LA DOCENCIA EJA PARA LA PERMANENCIA DE LOS ESTUDIANTES

Gleide Jesus Souza Santos¹

Débora Araújo Leal²

RESUMO: A continuação ou não dos estudos dos alunos da educação de jovens e adultos – EJA depende de inúmeros fatores, entre eles a motivação pelas aulas que são ofertadas diariamente. Isso ocorre, principalmente, por suas características peculiares que envolvem a necessidade de trabalhar, dificuldades em estudar na idade escolar mais apropriada, assim como devido a autoestima tão fragilizada por suas angústias pessoais e dificuldades socioeconômicas impostas por modelos econômicos governamentais que privilegiam apenas os mais abastados de nossa sociedade. Identificar e propor ações motivadoras para sua permanência nos estudos não é tarefa fácil. O presente artigo tem como objetivo analisar os motivos que levam os alunos do EJA a buscarem um futuro melhor, através do estudo.

Palavras-chaves: EJA. Desafios. Possibilidades.

ABSTRACT: The continuation or not of the studies of students in youth and adult education – EJA depends on numerous factors, including the motivation for the classes that are offered daily. This occurs, mainly, due to their peculiar characteristics that involve the need to work, difficulties in studying at the most appropriate school age, as well as due to their self-esteem so weakened by their personal anguish and socioeconomic difficulties imposed by government economic models that privilege only the wealthiest in our society. Identifying and proposing motivating actions for their permanence in studies is not an easy task. This article aims to analyze the reasons that lead EJA students to seek a better future through study.

Keywords: EJA. Challenges. Possibilities.

RESUMEN: Que los estudiantes de educación de jóvenes y adultos – EJA continúen estudiando depende de numerosos factores, incluida la motivación para las clases que se ofrecen diariamente. Esto ocurre principalmente por sus peculiares características que involucran la necesidad de trabajar, dificultades para estudiar en la edad escolar más adecuada, así como por una autoestima tan debilitada por sus ansiedades personales y dificultades socioeconómicas impuestas por los modelos económicos gubernamentales que privilegiar sólo a los más ricos de nuestra sociedad. Identificar y proponer acciones motivadoras para seguir estudiando no es tarea fácil. Este artículo tiene como objetivo analizar los motivos que llevan a los estudiantes de EJA a buscar un futuro mejor a través del estudio.

Palabras-claves: EJA. Desafíos. Posibilidad.

¹Professora da Rede Municipal de Ponto Novo BA. Mestranda Pela Educaler University.

²Pós - Doutora pelo Instituto Universitário Italiano de Rosário IUNIR-AR. Coordenadora Pedagógica da Rede Municipal de Ensino de Feira de Santana – BA. Reitora da Educaler University – USA.

INTRODUÇÃO

A Educação vem se transformando e se renovando aceleradamente, novos desafios e possibilidades são apresentados dia após dia, havendo a necessidade na mudança de paradigmas, atitudes e processos de trabalho na formação dos professores da atualidade.

A educação para Jovens e Adultos vai além de aprender a ler e a escrever, um dos objetivos principais é preparar e formar o educando para o mercado de trabalho lhe dando condições de viver em sociedade com melhor qualidade de vida. Dessa maneira, não é qualquer pessoa que está apta a ser um educador da EJA, apesar de muitos professores terem o ensino superior muitos não tem uma especialização para trabalhar nesta área que exige tanta inovação e dedicação do professor.

Entre os maiores desafios encontrados para atuar no EJA, estão: a aceitação dos alunos; cativar os alunos; evasão escolar; a diversidade de alunos com idades diferentes; afastamentos dos alunos há muito tempo das sala de aula; e a falta de capacitação para os docente.

Para que haja o fortalecimento da EJA, de modo a atender as especificidades dos jovens e adultos, estão: Acolhimento bem apropriados aos alunos; merenda escolar; continuação dos cartões da EJA; o educador também saber se capaz de compreender as dificuldades dos docente nas suas demandas; definir os conteúdos de ensino de forma coerente com o processo de ensino e aprendizagem dos alunos, preparar ações que serão executadas, com acompanhamento e avaliação, para que seja otimizado o aproveitamento dos alunos na escola; ter mais professores atuando na EJA e maior acesso dos alunos a materiais didáticos, internet, sala de recurso e atividades físicas.

REFERÊNCIAL TEÓRICO

Torna-se necessário que as escolas busquem estratégias que visem uma didática motivacional para os alunos do EJA, a fim que os mesmos evitem a evasão escolar, que mesmo com as inúmeros barreiras existentes para dar continuidade aos estudos nessa faixa etária eles possam encontrar soluções para melhorar sua qualidade de vida; e também promover ações que fortaleçam e estreitem os laços dos alunos da EJA com a escola, ambientando o aluno a uma realidade que na maioria das vezes ele não está mais acostumado,

Entendemos que o ato de ensinar não necessariamente deve ser algo restrito a uma sala de aula e as práticas tradicionais de ensino, o desenvolvimento de

atividades concomitantes a isso pode ser um diferencial que motive o aluno a permanecer na escola não meramente pela conclusão de seu curso, mas, porque tem a esperança que o aprender possa realmente ser útil a sua vida. Encontramos mais subsídios para nossa posição em Paulo Freire, pois, cada educador tem uma infinidade de possibilidades pedagógicas quando ele começa a observar um pouco mais de perto a comunidade onde atua, isso exige comprometimento, aproximar o discurso da ação, mostrando que sua presença nesse espaço não passa despercebida pelos alunos. “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para sua produção ou sua construção” (Freire, 1996, p. 25).

Nota-se que o aprendizado do aluno não está focado apenas no ensino nas salas de aula, e sim nas estratégias e na forma metodológica que o professor atua, favorecendo que o aluno adquira o conhecimento com mais facilidade, busque o interesse nos estudos e encontre possibilidades futuras no mercado de trabalho.

A alfabetização é algo que visa atender a um fim, ou seja, pode, portanto, ser descrita sob a forma de objetivos institucionais. Tfouni (2005, p. 15) argumenta que o ato de alfabetizar passou a existir somente enquanto parte das práticas escolares, ignorando as práticas sociais mais amplas para as quais a leitura e a escritura são necessárias, para serem efetivamente colocadas em constante uso, sobretudo, quando o educando observa ao seu redor e compreende a falta que a escrita e a leitura lhe faz.

Segundo Vygotsky (1984), o letramento representa o coroamento de um processo histórico de transformação e diferenciação no uso de instrumentos mediadores.

A pesquisadora Magda Soares (2004) defende que, embora sejam conceitos diferentes, letramento e alfabetização são dois processos que devem ser trabalhados simultaneamente na escola.

Na EJA, o processo de ensino torna-se mais complexo diante de inúmeros fatores, entre eles está na motivação dos alunos dessa faixa etária, que nem sempre serão as mesmas dos alunos que estão matriculados no ensino regular e com a idade própria para a série indicada.

Os alunos da EJA, em sua maioria trabalhadores ou donas de casa, querem e precisam melhorar suas vidas e buscam na escola a solução, se não para todos, ao menos para uma boa parte de seus problemas. Contudo o cansaço, as dificuldades financeiras e até mesmo afetivas, a fome e principalmente a falta de melhores perspectivas, dificultam seu aprendizado escolar, deixando transparecer sua baixa auto-estima, fator tão importante e escasso na maioria desses alunos trabalhadores. Grande parte dos alunos de EJA, sujeitos trabalhadores e com grande diversidade cultural e social tendem ao abandono e desmotivação pelos estudos por não acreditarem em conquistas futuras decorrentes dos estudos (Branden 1999, p. 9),

Devido a sua faixa etária, os alunos do EJA, em sua maioria, acabam evadindo da escola, devido ao seu trabalho, dificuldades pessoais, familiares, as quais acabam afetando o seu interesse pelos estudos e dificultando a aprendizagem, sendo necessário que haja um

suporte maior da comunidade escolar, dos profissionais, por meio de ações e estratégias, para que a evasão escolar seja reduzida.

Em síntese, se retorna sempre aos mesmos pilares, é missão da escola realizar, pelo conhecimento e pela efetividade, uma produção social de sujeitos emancipados e comprometidos com a causa comum, com o destino coletivo, ao qual se permanece indissociavelmente ligado.

METODOLOGIA

De acordo com uma revisão bibliográfica sobre o tema, que para Lakatos e Marconi (2001) abrange todas as bibliografias publicadas relacionadas ao interesse da pesquisa, incluindo publicações avulsas, informativos jornais, revistas, livros, estudos, monografias e artigos.

O presente estudo é de caráter qualitativo, o qual concordamos com Gil (1999) quando afirma que diante de um objetivo principal para se desenvolver, se esclarece e revisa conceitos e ideias, com isso surgem perguntas mais objetivas e precisas que proporcionam argumentos para uma compreensão mais ampla.

Dentro deste contexto metodológico, destaca-se que as informações coletadas são originadas de estudos já publicados e ampliadas de acordo com uma análise atualizada do pesquisador.

Ao longo da história, o conceito de alfabetização foi sendo identificado como ensino aprendizagem do sistema alfabético de escrita; ou seja, na leitura a capacidade de decodificar os sinais gráficos transformando-os em sons, e na escrita, a capacidade de codificar os sons da fala e transformá-los em sinais gráficos. Nos dicionários da Língua Portuguesa, alfabetizado se refere ao indivíduo que somente aprendeu a ler e a escrever, não se refere aquele que adquiriu o estado ou condição de quem se apoderou da leitura e da escrita, e que consegue, de maneira satisfatória, responder às demandas das práticas sociais (DONALDO,1990).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No início dos anos de 1990 no Brasil, para Arretche (2002, p.14), as instituições políticas federativas já estavam plenamente instauradas, e a gestão de políticas públicas particularmente na área social continuava centralizada, ou seja, o governo federal em virtude do espólio do regime militar continuava responsável pela gestão e pelo

financiamento das políticas de saúde, habitação, merenda escolar, livro didático, assistência social etc.

Desta forma, a particularidade mais comum nas políticas sociais, independente no país que são formuladas, é que nasce no cerne de um conflito econômico-político e social em que as contradições sociais se avolumam ao ponto de gerarem uma mudança na estratégia adotada pelos governos para manterem a sua governabilidade.

Isto quer dizer que as políticas sociais têm em comum um marco histórico que identifica o seu registro de nascimento. Um marco que sinaliza uma conjuntura social em que os conflitos sociais não podem mais ser enfrentados unicamente com os instrumentos tradicionais para a solução das questões sociais: as ações repressivas.

A história econômica, política e social de cada país desenha o momento em que as políticas sociais passam a ser adotadas como estratégia de governabilidade. Assim, as políticas sociais adquirem a coloração específica das conjunturas históricas de cada país. Por isso mesmo, a forma como as políticas sociais foram implantadas e operacionalizadas no Brasil tem o seu desenho próprio.

É por isso que as políticas públicas em nosso país já tiveram uma marca explicitamente repressiva. O Estado atuava junto à sociedade como aquele que tinha que garantir a ordem e a paz social. A implicação desta conotação é de que as políticas públicas eram organizadas a partir de uma total desconsideração das questões sociais que assolavam a realidade nacional.

Com efeito, a questão social, constituída em torno do pauperismo e da miséria das massas, representou o fim de uma concepção idealista de que a sociedade, por si só ou, quando muito, acossada pela polícia, pudesse encontrar soluções para os problemas sociais. Constatada a falácia dessa concepção, impôs-se outra, apoiada na necessidade do sistema liberal-burguês de responder, por meio da regulação estatal efetiva e ampliada, os efeitos disruptivos da questão social (PEREIRA, 2002 p.31).

É a partir desse momento histórico que o Estado passa a assumir uma característica em especial, o seu papel regulador, ou seja, passa a intervir diretamente nas questões de natureza econômica, política e social da sociedade para manter a sua legitimidade.

De acordo com Arretche (1999, p.115) a descentralização das políticas sociais nos anos 90, se afirmou com o governo federal delegando a estados e municípios grande parte das funções de gestão das políticas de saúde, habitação, saneamento básico e assistência social.

Em 1997, com representação de estados e municípios, responsáveis pela alocação da totalidade dos recursos da principal fonte financeira da política nacional de saneamento e habitação popular, o FGTS, o que significa que o executivo federal perdeu grande parte de seu poder sobre os recursos do Fundo; a oferta de merenda escolar era inteiramente gerida por estados e municípios; 58% dos municípios brasileiros estavam enquadrados em alguma das condições de gestão previstas pelo SUS, significando funções de gestão da oferta local de serviços de saúde até então desempenhadas pela União; 69% das consultas médicas eram realizadas através de prestadores estaduais ou municipais, sendo que, destas, 54% eram prestadas pelos municípios, o que significa que mais da metade das consultas médicas passaram a ser oferecidas por prestadores municipais, os quais eram até o final dos anos 80.

A legislação da EJA (como é conhecida a Educação de Jovens e Adultos) tem como referências os seguintes documentos:

a) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que assegurou aos jovens e adulta o Direito Público Subjetivo ao Ensino Fundamental Público e Gratuito.

b) A nova Lei de Diretrizes e Bases, nº 9394/96, que destaca a integração da EJA à Educação Básica - observada a sua especificidade. Garantiu a flexibilidade da organização do ensino básico, inclusive a aceleração de estudos e a avaliação de aprendizagens extra escolares entre outra estabeleceu as idades de 14 e 17 anos para o ensino fundamental e médio, além disso, diminuiu as idades mínimas dos participantes dos Exames Supletivos (15 anos para o Ensino Fundamental e 18 anos para o Ensino Médio).

c) O Parecer 11/2000 e a Resolução 01/2000 - ambos do Conselho Nacional de Educação, instrumentos que apresentam o novo paradigma da EJA e sugerem: extinguir o uso da expressão supletivo; restabelecer o limite etário para o ingresso na EJA (14 anos para o Ensino Fundamental e 17 anos para o Ensino Médio); atribuir à EJA as funções: reparadora, equalizadora e qualificadora; promover a formação dos docentes e contextualizar currículos e metodologias, obedecendo os princípios da Proporção, Equidade e Diferença; as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

Na aprendizagem da leitura e escrita, considerada como um processo cognitivo, há uma construção efetiva de princípios organizadores que, não apenas podem ser derivados

somente da experiência externa, como também são contrários a ela; são contrários, inclusive, ao ensino escolar sistemático e às informações não sistemáticas (FERREIRO, 2011, p.20)

Para Tfouni (2005, pg 24), o pensamento dos alfabetizados é “racional”, e por um deslizamento preconceituoso coloca também que os indivíduos não alfabetizados são incapazes de racionar. Desse modo, caracterizaria que os indivíduos não alfabetizados não sabem ou não devem ser levados em consideração, numa perspectiva etnocêntrica, pois acredita que o ser só sabe de algo se for alfabetizado.

Seja por falta de oportunidade de frequentar a escola em idade adequada ou por se considerarem inaptos, conforme vários relatos já reportados a alguns dos professores da escola, os alunos da EJA, muitas vezes se vêem obrigados a voltar as salas de aula depois de anos de inatividade escolar, para tentar manter-se ou mesmo buscar inserção num mercado de trabalho cada vez mais exigente e excludente. Para muitos alunos, a oportunidade mesmo que tardia da profissionalização representaria uma possibilidade mais tátil de retorno ao mercado de trabalho, tendo em vista que muitos alunos são trabalhadores informais que sofrem para se manterem estáveis em um emprego. Pesquisas realizadas entre cursos de suplência têm perfis semelhantes, em sua maioria jovens e trabalhadores com experiência prévia no ensino regular e com pais predominantemente tendo ocupações manuais, além dos cursos não se adequarem as necessidades de seu público (Gomes e Carnielli, 2003, p. 51).

É relevante a inclusão de políticas públicas mais eficazes, de projetos/programas que visem o desenvolvimento motivacional dos alunos do EJA, em que os mesmos possam enxergar os estudos como forma de melhorar a qualidade de vida, como por exemplo, a inserção de cursos profissionalizantes, visando a possibilidade de retorno ao mercado de trabalho, de possuir um salário digno, que supra suas necessidades e de suas famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa mais do que uma oportunidade de aprendizado formal; ela configura-se como um instrumento de transformação social que busca resgatar a cidadania e promover a inclusão. Os desafios enfrentados por essa modalidade de ensino refletem as complexidades da sociedade brasileira, marcada por desigualdades históricas que dificultam o acesso à educação. No entanto, é essencial reforçar que a EJA não deve ser apenas uma estratégia compensatória, mas um mecanismo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A efetividade da EJA depende diretamente de políticas públicas bem estruturadas e do compromisso coletivo da comunidade escolar e da sociedade como um todo. O papel do educador, nesse cenário, é fundamental para garantir a motivação e o engajamento dos

alunos. Para isso, é imprescindível que o professor esteja preparado para lidar com a heterogeneidade das turmas e as demandas específicas de cada estudante, valorizando suas histórias de vida e suas perspectivas de futuro.

A formação continuada dos educadores e a implementação de metodologias ativas e inovadoras são passos cruciais para tornar o processo de ensino-aprendizagem mais significativo. A adoção de práticas pedagógicas contextualizadas e conectadas à realidade dos alunos fortalece o vínculo entre a escola e a comunidade, criando um ambiente de pertencimento e incentivo à permanência. Além disso, é necessário garantir infraestrutura adequada, materiais didáticos de qualidade e acesso às tecnologias, fatores indispensáveis para um ensino eficiente.

Outro ponto central é a valorização da autoestima dos alunos da EJA, muitos dos quais enfrentam múltiplas adversidades para retornar ao ambiente escolar. Nesse sentido, a escola deve atuar como um espaço acolhedor e transformador, capaz de oferecer não apenas conhecimento, mas também suporte emocional e social. A integração de serviços complementares, como assistência psicológica e ações culturais, pode contribuir significativamente para a superação das barreiras que dificultam a continuidade dos estudos.

Em suma, a EJA deve ser vista como uma prioridade na agenda educacional e social do Brasil. Investir na educação de jovens e adultos não é apenas um dever legal e moral, mas uma oportunidade de promover mudanças estruturais que beneficiem toda a sociedade. Ao fortalecer a EJA, reafirmamos o compromisso com a construção de um país mais igualitário, onde o direito à educação seja efetivamente assegurado para todos, independentemente de sua trajetória de vida.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. Juventude, produção cultural e Educação de Jovens e Adultos. In: Leôncio (org.) **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

BRANCO, V. SIMONIAN, M. **Alfabetização e linguagem**. Curitiba. Pró-reitoria de Graduação. Coordenadoria de Integração de Políticas de Educação a Distância.

CIPEAD-UFPR. Curitiba. 2010.

BRANDEN, Nathaniel. **Autoestima: Como aprender a gostar de si mesmo** – Ed. Saraiva; 34^a, 1999

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais. 2 Língua Portuguesa: Ensino de primeira a quarta série.** 1997.

BRASIL. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica.** Língua Portuguesa. 2008.

DI PIERRO, Maria Clara. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1115-1139, out. 2005.

DONALDO, M. **Alfabetização: leitura da palavra, leitura do mundo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

FERREIRO, E. **Alfabetização em processo.** São Paulo: Cortez, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** São Paulo: Paz e Terra, 2008b.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José. (org.). **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta.** São Paulo. Editora Cortez, 2011.

GOMES, Candido Alberto e Carnielli, Beatrice Laura. **Expansão do ensino médio: temores sobre a educação de jovens e adultos.** Cad. Pesquisa 2003, nº 119, p. 47- 69, ISSN 0100-1574.

GUIDELLI, Rosangela Cristina. **A prática pedagógica do professor do ensino básico de jovens e adultos: desacertos, tentativas, acertos....** São Carlos, 1996. 137 p. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de São Carlos.

305

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza.** São Paulo: Cortez, 2010.

MACHADO, M. B. W.; NUNES, A. L. R. Alfabetização de jovens e adultos: uma reflexão. Educação, **Revista educação**, v. 41, n. 1, jan./abr. 2016.

RAIMANN, Elizabeth Gottschalg. **A profissionalização docente e seus desafios.** V Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente – SIPO – Cátedra Unesco. PUC – PR. Curitiba, de 26 a 29 de outubro de 2015.

SOARES, M. **Letramento um tema em três gêneros.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos.** São Paulo. Editora Cortez, 2010.

SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia Gomes de Castro; GOMES, Nilma Lino. **Diálogos na Educação de Jovens e adultos.** 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. (Estudos em EJA).

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros.** Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e Alfabetização.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

VENTURA, Jaqueline P. **Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores no Brasil: revendo alguns marcos históricos.** Disponível <<http://www.uff.br/ejatrabalhadores>> Acesso em 20 de janeiro de 2024.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1984.